

A. I. Nº - 232895.0017/07-8
AUTUADO - JOSÉ CARDOSO FILHO DE RIO DO PIRES
AUTUANTE - JOSÉ VITURINO DA SILVA CUNHA
ORIGEM - INFAZ BRUMADO
INTERNET - 21/10/2008

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0302-03/08

EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, não havendo acordo (convênio ou protocolo) que preveja a retenção do imposto pelo remetente, e não sendo previsto o pagamento do tributo no posto fiscal de fronteira, cabe ao destinatário efetuar a antecipação do imposto sobre o valor adicionado no prazo regulamentar. Feitos os devidos ajustes. Infração parcialmente subsistente. **2. DECLARAÇÃO DO MOVIMENTO ECONÔMICO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE- DME. ENTRADAS DE MERCADORIAS NO ESTABELECIMENTO. OMISSÃO DE INFORMAÇÃO.** É cabível a aplicação da multa no percentual de 5% do valor comercial das mercadorias não declaradas. Pedido de nulidade não acolhido. Feito os ajustes necessários, a infração restou parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 15/10/2007, refere-se à exigência do valor de R\$4.273,28, em decorrência do cometimento das seguintes infrações:

1. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação por substituição tributária, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte, referente a aquisição de mercadorias provenientes de fora do estado, sendo exigido o imposto no valor de R\$1.343,23 , acrescido da multa de 50%.
2. Omitiu informações na Declaração de Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte-DME, na entrada de mercadorias no estabelecimento. Sendo exigido multa formal por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$2.930,05.

O autuado apresenta impugnação às fls. 41 e 42, inicialmente, fala que nunca deixou de cumprir suas obrigações tributárias, e que as mercadorias relacionadas às notas fiscais constantes dos autos, não foram por ele adquiridas e que por isso não pode responder pelo pagamento do tributo gerado. Argumenta que assim não se pode falar em omissão de saída de mercadorias tributáveis, nem em entradas de mercadorias não registradas. Alega que os lançamentos por ausência de aquisições são nulos, não gerando qualquer débito. Finaliza pedindo que o auto de infração seja julgado improcedente.

O autuante, em sua informação fiscal às fls. 53 e 54, diz que o contribuinte não apresentou nada de concreto que pudesse ter alguma base em sua defesa e diz que as operações realizadas foram freqüentes em 2005, e que as notas fiscais são idôneas, dão suporte a autuação porque foram

detectadas por sistema oficial de informações fiscais (CFAMT). Finaliza pedindo que seja mantida a autuação fiscal na sua integralidade.

A 4ª. Junta de Julgamento Fiscal Converteu o processo em diligência, (fls.58 e 59) por ter constatado as seguintes pendências: 1 - por não constar a comprovação de que o autuado tivesse recebido cópias dos demonstrativos às fls.08, 09 e 19, bem como dos documentos fiscais às fls.10 a 18, e 20 a 39; 2 - em razão da constatação de que na infração 01 o autuante incluiu em seu levantamento, mercadorias que não se encontram enquadradas no regime de substituição tributária, como por exemplo: óleo emulsificante, fermento biológico e charrete, assim como por ter incluído na base de cálculo para apuração da substituição tributária da nota fiscal 42214, (fl.10) valor de IPI /outros, inexistente e 3 - para se conhecer se realmente as notas fiscais relacionadas à fl.19, acostadas às fls. 20 a 39 do processo, tiveram os seus registros excluídos da referida DME de 2005, juntada ao PAF.

O autuante presta nova informação, (fl.92) e diz que foram excluídas as notas fiscais nº 001709, 001938 e 005835, bem como o valor de R\$129,72 atinente à nota fiscal nº 042214, ficando a infração 01 composta da seguinte forma: em 28/02/2005 – R\$350,15; 31/03/2005 – 421,99 e 31/05/2005 – 133,06. Reduzindo o valor dessa infração de R\$1.343,23 para R\$905,20, conforme fl. 62 e 63. Aduz que quanto à infração 02, apresenta relação de notas fiscais que compõem os seus valores de entradas, totalizando R\$60.867,93 (fl.90), enquanto a DME totaliza (R\$ 64.079,17 – R\$1.941,04 = R\$62.138,13 – fl.91) e que as aludidas notas fiscais não fazem parte da relação das que foram autuadas.

Conforme intimação, fl. 93, foi reaberto o prazo de 30 dias para defesa, cujo recebimento está na própria intimação, assinado por preposto do autuado.

Cumprida a diligência e reaberto o prazo de defesa o autuado não se manifestou.

Pede que seja corrigida a infração 01 e mantida a 02 integralmente.

VOTO

Inicialmente não acolho o pedido de nulidade sob a alegação de ausência de aquisição, vez que os documentos fiscais coletados no sistema de CFAMT servem como meio de prova hábil quanto ao cometimento da infração, visto que os dados neles constantes são do contribuinte e as mercadorias neles relacionadas do tipo macarrão, biscoito, são compatíveis às suas atividades, conforme documento à fl. 06, tendo o sujeito passivo deles recebido cópias (doc. fl.93), inclusive da nova informação fiscal.

No mérito, o Auto de Infração trata do lançamento de ICMS por ter deixado o sujeito passivo de efetuar o recolhimento do imposto referente à antecipação por substituição tributária, na condição de inscrito no SimBahia, referente à aquisição de mercadorias provenientes de fora do estado, bem como de multa por descumprimento de obrigação acessória, por ter omitido informações na Declaração de Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte- DME de 2005, referentes à entradas de mercadorias no estabelecimento.

Ao analisar o processo constatei que o mesmo não se encontrava em condições de ser instruído. Por isso foi proposto e a 4ª. Junta de Julgamento Fiscal acatou a sua conversão em diligência para a Inspeção fazer a entrega dos demonstrativos às fls.08, 09 e 19, bem como dos documentos fiscais às fls.10 a 18, e 20 a 39; em razão da constatação de que na infração 01 o autuante incluiu em seu levantamento, mercadorias que não se encontram enquadradas no regime de substituição tributária, como por exemplo: óleo emulsificante, fermento biológico e charrete, assim como por ter incluído na base de cálculo para apuração da substituição tributária da nota fiscal 42214, (fl.10) valor de IPI /outros, inexistente e para se conhecer se realmente as notas fiscais relacionadas à fl.19, acostadas às fls. 20 a 39 do processo, tiveram os seus registros excluídos da referida DME de 2005, juntada ao PAF.

Foi reaberto o prazo de defesa de 30 (trinta) dias, para que o autuado pudesse se pronunciar.

Cumprida a diligência e reaberto o prazo de defesa o autuado não se manifestou.

Vejo que o autuante, após a diligência, excluiu do imposto apurado de R\$232,29, à fl.09, a importância de R\$25,21, referente à inclusão indevida do IPI na base de cálculo, no valor de R\$129,72, conforme planilha fl.62, da nota fiscal nº42214. Do mesmo modo, excluiu da referida planilha os valores de R\$165,91, R\$153,11 e R\$93,80, referentes a ICMS exigido indevidamente concernente às notas fiscais nº001709, 001938 e 005835, respectivamente, das mercadorias óleo emulsificante, Fermento biológico e Charrete não enquadradas no regime de substituição tributária. No que concordo. Assim com a exclusão dos valores mencionados, fica a infração 01 composta da seguinte forma: em 28/02/2005 – R\$350,15; 31/03/2005 – 421,99 e 31/05/2005 – 133,06. Ficando assim reduzido o valor dessa infração de R\$1.343,23 para R\$905,20. Conforme planilhas às fls.63 e 92. Infração Subsistente em parte.

Quanto à infração 02, verifico que as notas fiscais que serviram de base para a autuação encontram-se relacionadas na planilha colacionada às fls.19 do processo. Na diligência foi solicitado a juntada aos autos de cópia da DME de 2005, bem como relação de documentos fiscais compondo os valores de suas entradas, no referido exercício de 2005, para se conhecer, com segurança, se realmente as notas fiscais relacionadas no demonstrativo fl.19 são excludentes da relação dos documentos fiscais informados na DME. O contribuinte, atendendo a intimação, apresentou relação de notas fiscais totalizando R\$60.867,93 (fl.90), segundo o autuante esses documentos compõem a base dos dados informados na DME (fl.91) e que as aludidas notas fiscais não fazem parte da relação das que foram autuadas (fl.19).

Saliento que as entradas registradas na DME totalizam o valor de R\$64.079,17, enquanto a relação fornecida pelo sujeito passivo registra a importância de R\$60.867,93. Portanto o contribuinte deixou de prestar a informação das notas fiscais que compõem a diferença de R\$3.211,24, que estava obrigado.

Cotejando os documentos fiscais constantes da relação que serviu de base à autuação (fl.19), com os registrados na planilha fornecida pelo contribuinte (fl.90), verifiquei que se tratam de notas fiscais diferentes, ficando assim caracterizada a falta de informação na DME. Assim, está correta a autuação, visto que, é cabível a aplicação da multa de 5% do valor comercial das mercadorias, quando não tiver sido informado na Declaração de Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração nº **232895.0017/07-8**, lavrado contra **JOSÉ CARDOSO FILHO DE RIO DO PIRES**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$R\$905,20**, acrescido da multa de 50%, prevista no art.42, inciso I, alínea “b” da Lei 7.014/96 e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$2.930,05**, prevista no inciso XII-A, dos referidos artigo e Lei, e dos acréscimos moratórios de acordo com a Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de outubro de 2008.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA - RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA – JULGADORA